

NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Luiz Eduardo Maciel de Azevedo

Resumo

Este trabalho pretende transitar pela discussão de região e regionalização, analisar as regionalizações turísticas mais significativas do Estado do Rio de Janeiro e, junto a Região de Governo do Estado, apontar as divergências regionalizantes que inserem municipalidades em diversos “novos” espaços do turismo, ou seja, uma região nomeada e recortada através de determinadas características turísticas (ainda ligada ao apelo natural) o que confere contraposição ao urbano, oferecendo destaque e atribuindo-lhe uma marca. Objetivamos refletir sobre as insistentes regionalizações e apontar processos que consideramos importantes para tal questão como: o paradigma da continuidade ou ruptura dos espaços peri-metropolitanos em comparação ao núcleo urbano, da venda e consumo dos espaços notadamente turísticos (urbanizados turisticamente) e da relação entre a igualização dos espaços, a pretensa homogeneização *versus* as regionalizações diferenciadoras do espaço. Por fim, comparamos as nomenclaturas das regiões turísticas do território Fluminense e discorreremos algumas ponderações quanto a estes fundamentos e suas implicações.

Palavras-chave: Regionalizações, Estado do Rio de Janeiro, Turismo, Espaços peri-metropolitanos.

Introdução

Nas discussões travadas no Laboratório Oficina Redes e Espaço (LabORE) instalado no IPPUR / UFRJ, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, debatemos as permanentes transformações das áreas peri-metropolitanas e neste trabalho em especial, os “novos” espaços do turismo no Estado do Rio de Janeiro como mais uma perspectiva do debate entre a independência das áreas não metropolitanas sobre a metrópole ou ainda, a importância da metrópole Fluminense sobre os “novos” espaços, caracterizando uma continuidade. Interpretamos se os espaços seriam uma mera extrapolação, um crescimento exagerado da metrópole e seu consequente espraiamento pelas áreas contínuas do núcleo urbano, ou não, se configuram uma urbanização aparente, entretanto sob “aparente expansão”, pois novas articulações regionais são criadas, seriam independentes (e até que ponto independente, ou sobre que aspecto dependente) ainda assim, próxima da metrópole, portanto as áreas peri-metropolitanas (RANDOLPH; SOUTHERN, 2011).

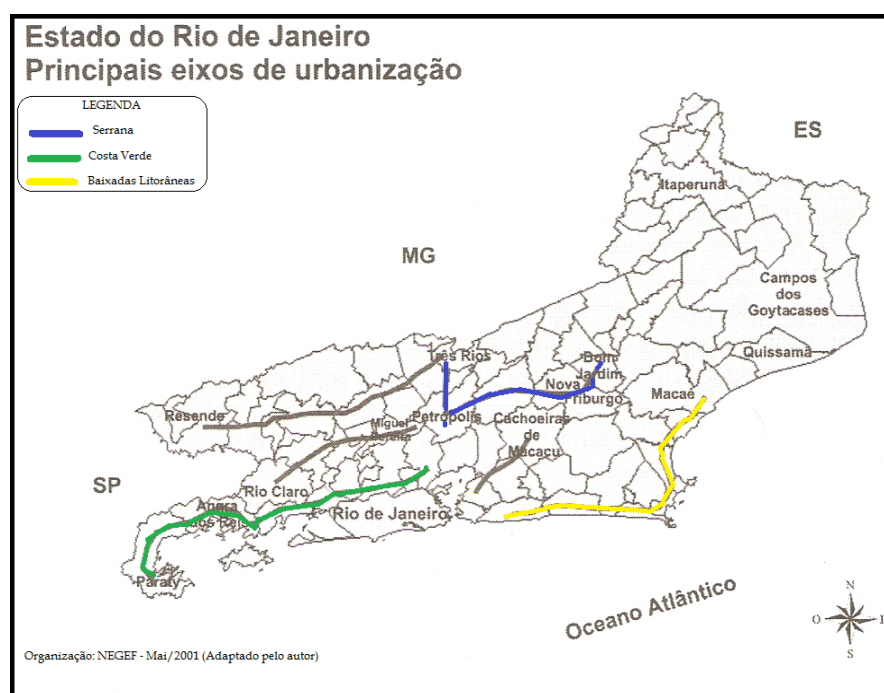
Associamos este fenômeno ao turismo no Estado do Rio de Janeiro e refletimos sobre as novas regionalizações (turísticas) produto ou produtoras de uma continuidade / ruptura inseridas na classificação regional oficial (Regiões de Governo) e confrontadas com outras regionalizações turísticas a fim de debater e instaurar uma interpretação sobre os

“novos” espaços peri-metropolitanos do turismo. Seriam mesmo “novos” espaços, já que tratamos de regionalizações que inserem as municipalidades em diferentes regiões, tendo região um termo com raiz no verbo regere, governar, atribui uma concepção original eminentemente política (CORREA, 1995). Por isso questionamos se são “novos espaços” por uma “jogada” regionalista (diversas classificações regionais turísticas, para o mesmo espaço) ou se são efetivamente transformados, cria de uma expansão / ruptura perante a metrópole? Neste sentido, pretendemos discorrer sobre a questão.

Na problematização das regionalizações formuladas para o Estado do Rio de Janeiro, percebemos o movimento do “dentro” e “fora” da RMRJ (Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro), com relação às áreas de expansão do turismo contínuas a RMRJ (Sul Fluminense, Baixadas Litorâneas e Região Serrana), uma vez que caracterizam os eixos de expansão da metrópole via articulação rodoviária, apontados por (RUA, 2002) (Mapa 1).

A projeção da metrópole intensifica a urbanização do interior, ao longo dos eixos “por elevados índices de população urbana mas onde se percebe uma urbanização mais intensa (...) (de difusão de “urbanidades”) do que a captada pelas delimitações oficiais” (p.48)

Mapa 1 – Principais eixos de urbanização.



Fonte: (RUA, 2002, p. 48)

Assim, através dos eixos tratamos as “novas” regionalizações/configurações envolvendo os municípios do Estado e também a metrópole do Rio de Janeiro. Até que ponto considera-se o termo “novo”? É indissociável este movimento das regionalizações – é da sua natureza?

A interpretação das regionalizações (turística e político-administrativa) constitui-se como arcabouço empírico para o trabalho e, principalmente para as subseqüentes interpretações e classificações estipuladas, mediante análise dos interesses políticos, de novas formas de interpretação do espaço, novos conceitos e pontos de partida, que por fim, resultam em novas relações (ou ao menos interpretações) travadas no contexto do espaço, uma vez que a geografia regional é produto das transformações, do movimento espacial, metropolitano e peri-metropolitano, portanto sofre interferência - é produzida sobre os indicativos destes contemporâneos processos. Admitimos que as interpretações e classificações tentam acompanhar as mudanças do real.

Adotamos as Regiões Turísticas do Estado do Rio de Janeiro realizada através da (TurisRio, 2005), a divisão político-administrativa - a Região de Governo (2011) como parâmetro comparativo oficial e as considerações do Fórum Estadual de Secretários de Turismo (2003) que relaciona nova regionalização turística, desta vez aludida a vontade de cada município. Estas classificações foram inseridas para que possamos compreender que entre entidades públicas e privadas, não importa, atende-se a novas regionalizações, a determinada política.

Consideramos a atividade do turismo para perceber e avaliar que as novas regionalizações admitidas por “novos” espaços, associam-se também ao capital especulativo do turismo, uma vez que não criaram-se novas áreas, apenas novas áreas turísticas, e por conseguinte alocadas em determinada regionalização, advinda da lógica exploratória do espaço vendido como mercadoria, o que apontamos como sendo uma resposta prévia do termo “novo” e a inseparável pontuação, as aspas.

Pesquisou-se, por fim, os autores envolvidos na temática, as questões políticas referentes ao jogo de interesse político (de poder), a provável venda do espaço (associada na criação e exploração do turismo), sempre acompanhada da relação travada entre as regionalizações e as áreas peri-metropolitanas, resultantes (ou não) de “novos” espaços turísticos, inevitavelmente participantes do jogo das regionalizações.

O debate regional e as regionalizações.

No debate da geografia regional, alguns pontos merecem destaque para que possamos interpor as considerações regionais. Se resgatarmos a escala nacional, no que corresponde a conformação do ideário modernizante e do mercado nacional, o modelo integrador quebraria a estrutura do “arquipélago” regional exportador brasileiro. Esta reformulação torna os blocos regionais comunicantes diante das transformações concebidas.

O pensar regionalmente sobrevém deste processo.

O Rio de Janeiro é também um exemplo deste fenômeno. O dinamismo da economia cafeeira representou a formação de uma complexa rede intra-regional - e a consolidação do núcleo industrial no interior do complexo cafeeiro que introduziria modificações significativas na dinâmica espacial brasileira (BECKER; EGLER, 2010).

Assim, a estrutura regional resultante da industrialização representa o Brasil metropolitano, e o Rio de Janeiro, neste modelo tradicional é fração da área *core* e periferia integrada. O próprio Sudeste, este abrigava o núcleo polarizado - pelos complexos industriais - e o núcleo de Volta Redonda. A área sobre influência do Rio de Janeiro apresentava uma economia agrária tradicional -Norte do Estado e a Zona da Mata Mineira, além do Estado do Espírito Santo formava uma região de desenvolvimento lento próxima da esta área *core* (BECKER; EGLER, 2010).

Especificamente, a construção da malha municipal fluminense é resultante de processos como a expansão do café pelo território estadual, a inércia do período da ditadura militar e as disputas de diversos grupos ligados à elite local. (MARAFON et al, 2011). O processo histórico da evolução/fragmentação do território é marcado pelas subdivisões e constituição de novas municipalidades a partir dos cinco blocos territoriais (MARAFON et al, 2011) de origem, entre eles Cabo Frio, Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

A opção por tratar de blocos territoriais é acoplada aos eixos de expansão da metrópole, associado as malhas rodoviárias e a destacada relevância do turismo que utiliza-se das grandes rodovias do Sudeste brasileiro, conforme apontado no primeiro mapa.

Já superada a fase de integração nacional, o esvaziamento econômico que perpassa o Estado não é de todo generalizado. Este estaria ligado à cidade do Rio de Janeiro, uma vez que é definido pelo decréscimo da participação municipal diante do aumento da participação na composição do PIB estadual dos municípios do entorno metropolitano juntamente com o pólo de crescimento / manchas ao longo dos eixos viários, destacadamente a Baía da Ilha Grande e o “pólo” portuário-industrial e de turismo de veraneio” (LIMONAD, 2004b, p.84).

Entre 1980 e 2000 foram criados 28 novos municípios, em um total de 92, notadamente em áreas mais dinâmicas como as que recebem *royalties* do petróleo como é o caso das Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense que envolvem a Bacia de Campos [...] (CIDE, 2002). Muitas destas emancipações estariam relacionadas mais a interesses

de ordem política e ou econômica e não necessariamente a fatores relacionados à preservação de uma identidade territorial específica pré-existente (LIMONAD, 2004b, p.87).

Neste sentido a reorganização das regiões de governo fluminenses após a descoberta de petróleo na bacia de Campos, em 1984 é um exemplo interessante (...) De certa forma um artifício para manter a proeminência econômica e política da região Norte Fluminense e assegurar um espaço político para as oligarquias locais (LIMONAD, 2004b, p.87).

Em um movimento contrário à centralidade metropolitana, obedecendo em parte a interesses econômicos, temos a desincorporação da Região Metropolitana dos municípios de Petrópolis (Serrana) e na última década dos municípios litorâneos de Mangaratiba (Baía da Ilha Grande) e Maricá (Baixadas Litorâneas) (LIMONAD, 2004b, p.89).

Assim, indicamos que os movimentos de regionalização são pautados diante das conjunturas de momento, e no que corresponde ao Estado do Rio de Janeiro, este fenômeno é único, também pelos quadros jurídicos / administrativos pelo qual atravessou durante a própria urbanização e metropolização do país. “Não há como negar, a região é antes de qualquer coisa um fato político, um “resultado de um equilíbrio de forças” (LIMONAD, 2004a, p.55).

O próprio exemplo nacional, em conjunto com a questão específica do Estado do Rio de Janeiro, ambos têm interesse em afirmar que a corrida pela integração nacional brasileira e a grande transformação administrativa pela qual passou o Estado Fluminense, são todos, em escalas distintas, evidências do objetivo em voga – da política dominante e a consequente regionalização deste tempo, espacialmente traduzida nas regiões.

Se pensarmos na organização do espaço social, este deve ter claramente definida o que antecede e sucede, e, portanto “não numa perspectiva evolutiva de sucessão/substituição, mas numa perspectiva dialética de (re) e (des)construção e (re) e (dis)solução das formas” (LIMONAD, 2004a, p.56) que sobre o espaço é uma condensação. O próprio desenvolvimento econômico nas cidades é o que leva-nos a questionar a nova relação capital-interior (LIMONAD, 2004a) e por consequência as relações de continuidade e ruptura.

Retomar neste caso o rompimento da estrutura clássica centro-periferia sob a nova divisão territorial do trabalho se faz necessário, uma vez que estes “novos” espaços são produzidos, em parte pelo fracionamento dos territórios municipais e, sobretudo pelo conflito entre o núcleo e as áreas periféricas, o que significa que a periferia só exportava recursos e absorvia industrializados advindo do centro “caiu” (BECKER, 2004).

Diante da cooptação do capital junto as áreas periféricas, estas agora acopladas a lógica da expansão metropolitana e igualmente da especulação imobiliária, estas estão inseridas “dentro” do sistema urbano turístico e são a origem dos “novos” espaços que nos referimos.

Este processo de “ganho” de áreas urbanas pelo capital esbarra na discussão da regionalização das novas áreas peri-metropolitanas, desassociadas ou não da metrópole, de cunho majoritariamente turístico, ou, até que ponto são áreas contínuas, se seguem a lógica metropolitana, num simples movimento de expansão do núcleo central sobre as áreas periféricas?

Essa questão é permeada pelo discurso da globalização, da economia unificada e da reprodução social de maneira igualmente global que anunciavam o fim das regiões pela homogeneização e uniformização das relações sociais (LIPIETZ, 1977 apud GOMES, 2006). Em contrapartida, s movimentos regionalistas seriam então produto das resistências, como movimentos de defesa das diferenças, “uma manifestação espontânea dos interesses locais face à burocracia esmagadora do poder central, insensível às diferenças e às desigualdades (MARKUSEN, 1981 apud GOMES, 2006).

Todavia a própria dinâmica capitalista reitera esta diferença e utiliza-se da diferença como mercadoria, como possibilidade de ganho, obtenção de lucro, uma vez que valoriza-se o diferente no mundo das igualdades hegemônicas. O discurso da mídia e a formação do senso comum alimentam uma revalorização do "regional". Para complementar, “uma das áreas que, sem dúvida, mais tem estimulado o olhar sobre a diversidade territorial, através da valorização e/ou recriação da diferença (quando não do "exótico"), é o turismo, um dos setores mais dinâmicos da economia contemporânea" (HAESBAERT, 2010, p.16).

A propósito, o discurso pós-moderno não transforma a própria fragmentação em discurso, princípio universal?

Portanto, dentro do seu próprio paradigma, esse discurso não pode prescindir de uma perspectiva dialética, necessidade essas que reconhecemos quando identificamos a força universalizante do

capital (internacional) como elemento essencial para a compreensão da realidade social em qualquer sociedade capitalista. E essa força, que se aproxima do território através de um processo de valorização altamente seletivo criando, assim, um espaço global fragmentado e espaço homogêneo diferenciado, como expressou a Professora Bertha Becker (...) Compreende-se, assim que a ênfase do local (fragmentação territorial) tem sua importância, mas deve ser inserida na perspectiva do concomitante avanço da globalização (RANDOLHP, 1991, p.24).

São as aparências de heterogeneidades, e enquanto tais socialmente eficazes, em que produzem diferenciações territoriais que por sua vez jogam um papel decisivo fazendo com que o mundo, sob uma perspectiva local, apareça cada vez menos compreensível, fato que não pode ser subestimado em sua importância não apenas gnosiológica, mas política por agentes sociais que pretendem organizar as sociedades contemporâneas “de baixo para cima” (RANDOLHP, 1991).

O mesmo avanço da globalização propicia ainda sob a perspectiva concomitante do capitalismo, a sobrevalorização dos localismos e provê necessidades regionais de continuar esta importância, politicamente instituída por agenciamento, dessa vez de “baixo para cima” supostamente alternativos. Essa virada local-global reforça particularismos inseridos na mesma lógica, de promover espaço ao mercado do capital, neste caso, os espaços são os novos espaços, travestidos de regiões turísticas.

Portanto, as convicções de que a globalização tornaria o mundo homogêneo “ora ratificam, ora retificam as diferenças espaciais que já existem” (CORREA, 1995, p.23).

Tais fatos não careceriam inovação, já que a crise e a reestruturação econômica afetou as relações do Estado-região e assim associou-se e sujeitou-se as vontades globais. Se o problema era homogeneização, o capital agiu estrategicamente da sua contingência para suprir a homogeneização do espaço geográfico.

“O princípio da “diferenciação de áreas” conduz irremediavelmente a estabelecer o conhecimento regional como produto supremo do conhecimento geográfico” (GOMES, 2006, p.59). E sob este argumento, postula-se o discurso local, veiculado por uma elite local, que forjando conflito, reitera a posição de liderança daquele território e que ainda sob a aspiração de autonomia serve um grupo exclusivo com o objetivo de impor uma identidade ao lugar que o colocará sob a posição de controle legítimo do mesmo espaço

(CASTRO, 1988 apud GOMES, 2006). Neste sentido, importa mesmo é uma solução que possibilite contemplar interesses, movimentar a economia e fomentar a reprodução capitalista. Portanto, a região não desaparece.

É preciso reaver a persistência das velhas e novas relações, há que implementar novas/outras formas de analisar estas relações. (BECKER, 2004). E a partir do movimento igualmente conflituoso, que como a relação centro-periferia, o também resgate do papel do Estado que lida justamente com a região, já que esta continua a ser “apropriação de parcelas do espaço, por arranjos específicos de atores que conformam as sociedades locais” (BECKER, 2004, p.15). “As regiões possuem uma finalidade política própria” (p.15) e são também construídas por frações de classes, interesses políticos específicos dialogando com o Estado e “pressionam, relativizam o poder homogeneizador e dominante do Estado, o que lhes confere um papel fundamental” (p.15).

Assim, o processo de novos espaços, o embate que nos referíamos, deflagra-se porque é preciso ressaltar que carregam um questionamento sobre o mesmo modelo centro-periferia, agora quanto a sua organização socio-espacial.

O atual questionamento deste modelo reside na hipótese de que novas centralidades tendem a se construir nas chamadas áreas periféricas ou simplesmente nas periferias, para além do que se considerava como centro, seja considerando as relações centro e periferia no contexto interno às regiões metropolitanas, seja agora considerando a perspectiva do espaço peri-metropolitano que não subentenderia tomarmos a região metropolitana no seu todo, ou seu núcleo, como uma área central por excelência (RANDOLPH; SOUTHERN, 2011, p.15).

Neste sentido o questionar pelo contraponto entre a expansão e os processos locais ou regionais mais ou menos autônomos ou interdependentes (RANDOLPH; SOUTHERN, 2011) parece-nos indicar também contexto para refletir sobre as regionalizações possíveis. Pensamos que as regionalizações atendem e buscam inserções e proximidades do real, que não necessariamente satisfazem a todos os envolvidos. As regionalizações buscam uma resultante pragmática, imediatista para corresponder à conjuntura do momento, subjugando as regionalizações a consensos, que podem já conter uma data de validade.

Da construção da idéia de região as regionalizações.

Segundo Correa (1997) a região é entendida como uma criação intelectual do cientista, destinada a comportar seus propósitos de estudos. Esta afirmação parece-nos duplamente potente, pois nos traz a sensação de que é sob esta perspectiva que são construídas muitas regionalizações, e ao mesmo tempo, transparece uma dimensionalidade do “fazer parte”, especulada neste trabalho como sinônimo dos encaixes regionais em que produzem as municipalidades. Os dois sentidos levam-nos ao mesmo ponto.

Entretanto, consideramos se é mesmo por estas motivações que chegaremos ao consenso regionalizante. A existência da região, ou não, partirá do pesquisador, ou da política interesseira ou até mesmo da conjuntura correspondente? E se forem a mesma pessoa? E, não obstante, cremos que são.

Na identificação e caracterização de cada região, ainda hoje, as turísticas quase sempre advém dos estudos de aspectos naturais e culturais, buscando os elementos que possam justificar a sua unidade (CORREA, 1995).

Esta região natural importa-nos para atestar que o debate do desenvolvimento regional é polarizado através da questão das desigualdades regionais que supostamente desaparecerem diante das relações capitalista de produção (conforme exposto) e que por sua vez homogeneizam o espaço ou, o contrário, as regiões são justamente produto das desigualdades. Esta polaridade direciona-nos para outras duas considerações; a primeira de que as desigualdades regionais são obstáculos a serem superados pelo desenvolvimento ou, na segunda assertiva, são particularidades a serem exploradas, potencializadas como uma maneira endógena para alcançar o desenvolvimento regional (ETGES; DEGRANDI, 2012).

Portanto, “uma falta de cuidado com o conceito de região, onde o “regional” aparece como mero apêndice ao “desenvolvimento”, esvaziado de qualquer significado ou conteúdo” (ETGES; DEGRANDI, 2012, p.2). Para Lencioni (2001 In ETGES; DEGRANDI, 2012) a região é produto de uma divisão territorial do trabalho, da produção capitalista, sendo praticamente derivações de processos gerais. Ainda assim, as formas de hoje não são atribuídas a simples condições físicas ou naturais, mas sim ao uso que foi, do atual, do território “determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. São estes, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais” (ETGES, 2001 In ETGES; DEGRANDI, 2012, p. 6).

Em verdade, com a revolução teórico-quantitativa, de base lógico-positivista emerge a terceira concepção de região avaliada por Correa (1995). A região não mais com uma única base empírica, como as anteriores (natural e a região-paisagem), assim é possível

estabelecer “tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador” (p.22).

Juntamente na região da década de 70, da geografia crítica fundada no materialismo histórico dialético, que despertou interesse com relação ao fenômeno da dimensão espacial da sociedade, esse desdobramento, da visão política da região, com base na dominação e poder são fundamentais para a diferenciação de áreas (CORREA, 1995), e parecem ser importantes para a interpretação deste trabalho.

Analisada conceitualmente a região é classe de área por ser conjunto de unidades em que os municípios apresentam uniformidade interna e grande diferença em face de outro conjunto (CORREA, 1995).

Se as regiões existem e, tratam da diferenciação de áreas, estas são auto-evidente e de responsabilidade do pesquisador reconhecê-la, ou ainda a região não existe por si mesma, já que se forma na investigação, com critérios definidos e assim produzida nas inter-relações de fenômenos do pesquisador e assim voltemos as criações.

Neste caso, se analisarmos a expansão das metrópoles (anos 80) surge imediatamente uma preocupação com as transformações nas cidades e regiões metropolitanas. Isso é importante, pois na prática, há uma separação entre duas abordagens e que parecem não dialogar sistematicamente: Uma referente as modificações internas entre centro-periferia, dentro das regiões metropolitanas que poderiam ser determinadas pelo aspecto globalizante ou sob a reestruturação econômica e que se projetam para fora da metrópole e ainda submeteriam outras áreas a sua lógica ou, uma segunda, que indica mudanças regionais em áreas não-metropolitanas e portanto, cidades de porte médio, próximas das metrópoles que não considerariam possíveis influências mútuas entre estes espaços (RANDOLPH, 2011).

É mister retornarmos a este ponto, pois são justamente as cidades próximas as Regiões Metropolitanas, de porte pequeno e médio, as cidades turísticas da Região das Baixadas Litorâneas, os municípios da Costa Verde e da Região Serrana que serão consideradas para análise.

No Estado em tela, encontramos evidências das muitas regionalizações existentes, notadamente a maioria delas correlaciona nomenclaturas a exploração de espaços turísticos - os “novos” espaços (regiões) do turismo. É exatamente pelas “projeções” das metrópoles, Randolph (2011) indica que há basicamente a expansão e hegemonia da metrópole reproduzida para áreas cada vez mais distantes do núcleo e outra suspeita, de que a aparente expansão metropolitana significa o esgotamento do modelo de urbanização “metropolitana” o que gera novas articulações regionais de municípios que ultrapassam a

tradicional mediação metropolitana da rede urbana e formam lugares relativamente independentes (RANDOLPH, 2011).

A corrente mais crítica, a geografia radical, ultrapassando as regiões polarizadas e a região funcional, aborda que a diferenciação espacial se deve, mais uma vez à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista outrora relatado.

Desta forma, a identificação de regiões deve se ater àquilo que é essencial no processo de produção do espaço, isto é, à divisão sócio-espacial do trabalho (MASSEY, 1978). Qualquer outro tipo de regionalização que não leve em conta este aspecto fundamental passou a ser vista, sob este novo ângulo crítico, como um produto ideológico que visa esconder as verdadeiras contradições das classes sociais em sua luta pelo espaço. Novas regionalizações foram então estabelecidas tendo em vista os diferentes padrões de acumulação, o nível de organização das classes sociais, o desenvolvimento espacial desigual etc (...) Em outras palavras, a controvérsia se dá em relação ao conteúdo, ou seja, em relação à escolha dos critérios, a forma de proceder metodologicamente, no entanto, é preservada (GOMES, 2006, p.65).

Assim, a região (SANTOS, 1978 apud GOMES, 2006) síntese concreta e histórica da “instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social” (p.66).

Por fim, notamos o alerta geográfico essencial para a sobrevida e análise regional: A região passa a ser uma ideia, um meio e não um produto. A variabilidade das divisões é quase infinita, “só interessa neste espaço aquilo que é geral, que está sempre presente. O fato particular, o único ou excepcional, não é domínio da ciência segundo esta perspectiva” (GOMES, 2006, p.63).

Entretanto, o homem as cria, diferencia e elabora estas diferenças, estas regiões, em regionalizações inúmeras e sempre repletas de intencionalidades. Seria a variedade de regionalizações uma estratégia para mais confundir e esconder as contradições inúmeras presentes no espaço?

Certamente “As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para certo

entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação” (GOMES, 2006, p.63). Por isso procuramos instaurar algumas considerações provisórias sobre as inúmeras regionalizações e perceber que estas nomenclaturas, as classificações podem nos convencer e não apenas indicar contradições.

Vale ressaltar que a região implica especificidades, pois “um fenômeno só pode ser representado numa determinada escala; em outras escalas ele não é representável ou seu significado é modificado” (LACOSTE, 2010, p.73). A escolha da escala é então uma escolha de bom senso, do que é conveniente. Assim, o fenômeno da escala é primordial para o raciocínio geográfico, e entendemos ser também ao turismo, uma vez que utilizando as regiões, esta escala é palatável as políticas, ao mercado, ao seu próprio funcionamento. Por este motivo, o pesquisador (o formulador das regiões) é “um agente de informações, quer queira, quer não, a serviço do poder (...) sua pesquisa pode ter graves consequências” (LACOSTE, 2010, p.164) “esses dados (...) permitirão à administração (...) em síntese, ao poder, melhor controlar esses homens (...) dominá-los, espoliá-los” (p.165).

Regionalização: Uma proposta convincente

O estudo da regionalização é expressa da gênese e da estruturação das regiões, depende também da reconstrução histórica e dos múltiplos processos que movimentam e limitam a ação hegemônica, além dos agentes em disputa e seus conteúdos, que apenas na escala do cotidiano, opõem-se (RIBEIRO, 2004).

É raro notar que “as disparidades inter-regionais na apropriação de riqueza são tratadas como uma questão territorial, inscrita no espaço (...) constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo” (EGLER, 2006, p.208). “É necessário concordar com GRAMSCI (1966), que a questão regional é necessariamente uma questão do Estado, na medida que sua resolução passa necessariamente pela composição do bloco de poder” (EGLER, 2006, p.209).

A regionalização como fato e como ferramenta, ambas envolvem ideologia e recursos político-administrativo (RIBEIRO, 2004). O fenômeno da regionalização é nitidamente polissêmico, pois o termo refere-se

mais do que à efetiva existência de regiões, à capacidade de produzi-las, o que inclui o acionamento de ideologia, com apoio, por exemplo, em dados da paisagem, valores culturais compartilhados ou critérios político-científicos que legitimem fronteiras e limites (RIBEIRO, 2004,

p.198).

uma grande polissemia (...) como o *Oxford English Dictionary* (...) define genericamente região como “direction, line, boundary, quarter, district, etc”. [direção, linha, limite, quarteirão, distrito, etc], termo proveniente do antigo verbo “regeré”, “to direct” (dirigir, no sentido de indicar a direção), que no inglês antigo estava associado também a “to rule” – comandar, governar (HAESBAERT, 2010, p.20).

O ato regionalizador trata-se de definir cenários, do contexto e escala correspondente aos objetivos da ação que se pretende, que deve ser implementada e, portanto, envolve o espaço-tempo-ação social, sujeitos e conflitos sociais (RIBEIRO, 2004).

Regionalizar pressupõe poder, de duas naturezas distintas: em primeiro lugar, o poder de criar e estabelecer formas espaciais. E, em segundo lugar, o poder de institucionalizar (e garantir a permanência) destas formas. Enquadram-se, aí, tanto a própria construção da região (...) quanto as diferentes regionalizações que permitem a sua consolidação (RIBEIRO, 2004, p.200).

Assim, posto sob essa ideologia regionalista, é necessário atentarmos para a percepção política e poderosa da região que é antes de tudo uma criação, entretanto criação para convencimento.

Diante destas considerações, apontamos algumas evidências e impressões da exploração do turismo no Estado, mediante as questões já problematizadas. Do instante em que a civilização ocidental percebeu o turismo como um possível vetor de crescimento econômico e fator colaborador para a diminuição das desigualdades regionais, os governantes logo se prontificaram e investiram na “elaboração e implantação de políticas nacionais de desenvolvimento para o setor turístico, com o intuito de se aproveitar dos efeitos multiplicadores da atividade econômica resultante dele” (FRATUCCI, 2008, p. 109). Os enfoques metodológicos adotados por gestores e planejadores do desenvolvimento turístico é de fato o plano urbanístico, econômico ou mercadológico (city marketing).

Portanto, neste momento ocupamos-nos a investigar as regiões turísticas (entre o Estado e os três eixos) no intuito de confrontar até que pontos as diversas regionalizações concordam ou discordam entre si. Resaltamos desde já que cada regionalização imposta

prevê características e objetivos distintos e naturalmente tendem a se contrapor, entretanto o que percebemos (Quadro 1) é que as Regiões de Governo comparadas as regiões ofertadas pela TurisRio e através do Fórum de Secretários Estaduais do Turismo é que as duas últimas divergem pouquíssimo nesta primeira relação e acabam por corroborar um certo enquadramento com a própria regionalização oficial do Estado. Então porque a confrontação entre as nomenclaturas? Não haveria discordância e sentido de contrapô-las. Devolvemos a pergunta. E porque nem todos os municípios comportam esta “concordância”? Por não ser turístico o suficiente ou por não figurarem marcas turísticas suficientemente fortalecidas para tal razão? Retomaremos a seguir estas questões, refletindo as motivações destes municípios (Quadro 1), pois parecem ter mais força em ocuparem lugares, figurar regionalizações turísticas inquestionáveis sem sequer causar a estranheza. São as propostas convincentes? Pensamos que sim.

Quadro 1 – Comparativo das Regionalizações concordantes.

Municípios	Regiões de Governo (2011)	TurisRio (2005/06) Região Turística	Fórum Estadual (2003)
Angra dos Reis	Costa Verde	Costa Verde	Costa Verde
Araruama	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Armação de Búzios	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Arraial do Cabo	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Bom Jardim	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
Cabo Frio	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Cantagalo	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
Cordeiro	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
Casimiro de Abreu	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Duas Barras	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
Guapimirim	Serrana	Serra Verde Imperial	Serra Imperial
Iguaba Grande	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Macuco	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
Mangaratiba	Costa Verde	Costa Verde	Costa Verde
Nova Friburgo	Serrana	Serra Verde Imperial	Serra Imperial
Paraty	Costa Verde	Costa Verde	Costa Verde
Petrópolis	Serrana	Serra Verde Imperial	Serra Imperial
Rio das Ostras	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Santa Maria Madalena	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
S. José do Vale do Rio Preto	Serrana	Serra Verde Imperial	Serra Tropical
São Pedro da Aldeia	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
S. Sebastião do Alto	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
Saquarema	Baixadas Litorâneas	Região dos Lagos / Costa Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol
Sumidouro	Serrana	Serra Norte	Serra Norte
Teresópolis	Serrana	Serra Verde Imperial	Serra Imperial
Trajano de Moraes	Serrana	Serra Norte	Serra Norte

A região – isso serve, em primeiro lugar, para fazer o turismo.

Sobre o papel político-estratégico do saber geográfico, (LACOSTE, 2010) indica servir também para fins políticos. É indispensável, a seu ver que os conhecimentos geográficos sempre foram e continuam a ser, um saber estratégico, instrumento de poder, ligado intimamente as práticas estatais.

Diante das muitas regionalizações, há sempre na região uma proposição política, vista pelo território (GOMES, 2006), ideia que aparece também em nossa proposta. A região também se constrói dos distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos sócio-espaciais histórica e geograficamente localizados (LIMONAD, 2004a).

As regiões turísticas que tendiam a ser construídas através da noção de espaços homogêneos, não parece mais convencer e são deslocadas as vontades políticas. Neste caso, a questão regional e os “novos” espaços permanecem no limbo da ciência e do próprio entendimento de sua atuação (o real), pois este é um espaço geográfico, dinâmico por excelência.

Por esta dificuldade inquestionável, propomos que ao invés de conceitos “puros”, a ciência, a geografia deve procurar nos usos correntes do conceito suas diferentes operacionalidades, ou os recortes criados em respectivas instrumentalidades (GOMES, 2006).

a primeira é que o conceito de região tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial; percebemos também que este debate sobre região (...), possui um inequívoco componente espacial, ou seja, vemos que o viés da discussão deste tema, da política, da cultura, das atividades econômicas, esta relacionado especificamente às projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos etc. (...) percebemos que a geografia foi o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema (GOMES, 2006, p.52).

Para tornar científica a região é necessário que haja formulação clara de seu sentido, de critérios e da sua natureza. Regionalizar é dividir o espaço segundo critérios devidamente explicitados e que variam diante das intenções explicativas de cada trabalho (GRIGG, 1967 apud GOMES, 2006). Entretanto, não poderíamos afirmar que é científico e legítimo o sentido de região quando há critérios, apenas a existência de critérios, uma vez

que não é seguro que queiramos torná-la absolutamente ciência (continua a ser, sobretudo política – jogo de poder, interesse), e para tal inseri-las nestes sentidos específicos, da ciência, perderíamos esta dimensão de instrumentalidade política.

Por isso Milton Santos (2008) indica que é resultado de normas “de cima” para “baixo” já que o poder maior sobre o território deixa de ser do Estado. “A gestão do território, a regulação do território são cada vez menos possíveis pelas instâncias ditas políticas e passam a ser exercidas pelas instâncias econômicas” (ETGES; DEGRANDI, 2012, p. 7). Esta força parece-nos, por vezes, “jogar” municipalidades em tantas regionalizações que o próprio município, encabula-se com tantos arranjos.

A problemática é bastante geográfica, justamente pelo fato de que a disciplina envolve-se em ““recortar o espaço”, tanto para nele nos orientarmos quanto para analisá-lo / compreendê-lo”” (HAESBAERT, 2010, p.23)

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização (...). Incorporar como dimensão primeira o espaço não significa, nunca é demais enfatizar, que se trate de um espaço separado ou separável dos sujeitos que o constroem: a regionalização deve estar sempre articulada em análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem (HAESBAERT, 2010, p.24).

Nesse sentido, as articulações entre os “novos” espaços do turismo são tensões entre os municípios e os interesses políticos e econômicos (ou não tão tensas assim) de um “fazer parte” do turismo e da região turística para conseqüentemente deslocam-se para essas classificações, na busca por inserção no mercado do turismo.

O (Quadro 2) revela-nos que as municipalidades que não preencheram as uniformidades, como o (Quadro 1), não são concordantes e foram isoladas em um segundo quadro que pretendemos desvendar, pois são as municipalidades mais conflitantes em termos de confronto de nomenclaturas regional.

Portanto, se comparadas ao primeiro quadro, por estarem ainda em processo de “turistificação”, ou seja, ainda buscam estes municípios um lugar nas regiões (leia-se regiões como oportunidades de inserção na venda dos espaços turísticos e aguçamento das suas diferenças, em termos de fuga das homogeneizações espaciais e possibilidade de ofertar com mais eficiência e convencimento o produto turístico) os “novos” e instáveis espaços do

turismo do segundo quadro pretendem figurar o “fazer parte” de uma já notória região. Por isso a busca pela mesma região, por compartilhar o mesmo nome de outras municipalidades que podem traduzir em novas e mais oportunidades.

A simplicidade das regionalizações, ou seja, a ideia da concepção dos “novos” espaços, tanto as mais marcantes e as menos convincentes, transformam-se em inúmeras regionalizações turísticas que evidenciam a intencionalidade, o jogo que busca legitimar uma equação: Região mais um adjetivo para enfim servir ao propósito, e em primeiro lugar, para fazer (e satisfazer) o turismo. “Num mundo assim feito, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entendê-las, para poder transformá-las. (SANTOS, 1994, p. 109 In ETGES; DEGRANDI, 2012, p. 8).

Quadro 2 – Comparativo das regiões discordantes.

Municípios	TurisRio (2005/06) Região Turística	Fórum Estadual (2003)	Regiões de Governo (2011)
Itaguaí	Costa Verde	Costa Verde	Metropolitana (desde 2009)
Rio Claro	Costa Verde	Costa Verde	Médio Paraíba
Carapebus	Região dos Lagos / Costa do Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol	Norte Fluminense
Macaé	Região dos Lagos / Costa do Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol	Norte Fluminense
Maricá	Região dos Lagos / Costa do Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol	Metropolitana (desde 2009)
Quissamã	Região dos Lagos / Costa do Sol	Região dos Lagos / A Costa do Sol	Norte Fluminense
Itaboraí	Caminhos da Mata	Rota do Sol	Metropolitana
Rio Bonito	Caminhos da Mata	Rota do Sol	Baixas Litorâneas
São Gonçalo	Caminhos da Mata	Rota do Sol	Metropolitana
Silva Jardim	Caminhos da Mata	Rota do Sol	Baixas Litorâneas
Tanguá	Caminhos da Mata	Rota do Sol	Metropolitana
Areal	Serra Verde Imperial	Serra Tropical	Centro Sul- Fluminense
Cachoeiras de Macacu	Serra Verde Imperial	Serra Imperial	Baixas Litorâneas
Com.Levy Gasparian	Serra Verde Imperial	Serra Tropical	Centro Sul- Fluminense
Magé	Serra Verde Imperial	Baixada Fluminense	Metropolitana
Três Rios	Serra Verde Imperial	Serra Tropical	Centro Sul- Fluminense
Carmo	Serra Norte	Serra Norte	Serrana
Conceição de Macabu	Serra Norte	Serra Norte	Norte Fluminense
Sapucaia	Serra Norte	Serra Tropical	Centro Sul- Fluminense

“Admitimos, em realidade, que os diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real já complexamente fragmentado e articulado” (CORREA, 1995, p.24). Concordamos ainda com Correa (1995), pois “a criação, o desfazer e a recriação de regiões se processam com enorme rapidez, não se verificando uma estabilidade regional longamente enraizada” muito em função do enraizamento ser semeado na contemporaneidade e, em relação a rapidez, é talvez a responsável pelo enraizamento do hoje, que corresponderá a estabilidade do amanhã.

Referências

BECKER, B. Uma nova regionalização para pensar o Brasil? In: LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes / organizadores. Max Limonad. São Paulo, 2004, p.212.

BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo. 6ª Edição. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2010, 268p.

CORREA, R, L. Região: Tradição demográfica. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v.57, n.3, p.1-107, jul./set. 1995.

CORREA, R. L. Trajetórias Geográficas. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997. 304p.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L.(org). Geografia: conceitos e temas. 8ª Edição. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2006, 352p.

ETGES, V. E; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional – A diversidade regional como potencialidade. Anais do I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Agosto de 2012. Rio de Janeiro – RJ.

FRATUCCI, A.C. A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2008. Niterói : [s.n.], 2008. 308 f.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L.(org). Geografia: conceitos e temas. 8ª Edição. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2006, 352p.

HAESBAERT, R. Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2010. 208p.

LACOSTE, Y. A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra; tradução Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 1988. 18ª Edição, 2010. 239p.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes / organizadores. Max Limonad. São Paulo, 2004a, p.212.

LIMONAD, E. Rio de Janeiro: uma nova relação capital-interior? In: LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes / organizadores. Max Limonad. São Paulo, 2004b, p.212.

MARAFON, G. J. [et al] Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão

do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

RANDOLPH, R. A crise da modernidade e a construção de novas legitimidades científicas: Um desafio à análise territorial. Cadernos IPPUR, UFRJ, ano V, n° 1, dez. 1991, p.23-31.

RANDOLPH, R. Expansão das Metrôpoles, Deslocamentos de suas Fronteiras e Reorganização Regional em seu Entorno: Perguntas e Caminhos. In: RANDOLPH, R; SOUTHERN, B, C. Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina. 1ª Edição. Max Limonad. São Paulo, 2011. 337p.

RANDOLPH, R; SOUTHERN, B. C. Expansão Metropolitana - Continuidade ou Ruptura? In: RANDOLPH, R; SOUTHERN, B, C. Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina. 1ª Edição. Max Limonad. São Paulo, 2011. 337p.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: Fato e Ferramenta. In: LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. Brasil, Século XXI - por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes / organizadores. Max Limonad. São Paulo, 2004, p.212.

RUA, J. Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G, J; RIBEIRO, M, F. (org). Estudos de Geografia Fluminense. Livraria e Editora Infobook Ltda. Rio de Janeiro, 2002. 208p.

SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. 4. reimpr. EdUSP. São Paulo, 2008.